

Edição 219 |
Junho de 2019
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

**A CAPA ORIGINAL
DESTA EDIÇÃO
NÃO PODE SER
VEICULADA DEVIDO
A UMA AÇÃO
JUDICIAL DO
PREFEITO
JORGE POZZOBOM**

EDITORIAL

NOSSA GREVE É POR DIREITOS

No último 14 de junho, paramos nossas atividades, nos unimos aos demais trabalhadores e fomos às ruas durante a Greve Geral contra a Reforma da Previdência. A greve, historicamente, é instrumento de luta da classe trabalhadora. No contexto da Revolução Industrial, a suspensão voluntária do trabalho tornou-se uma forma de protestar contra os baixos salários, as jornadas extenuantes, as condições precárias de saúde e segurança, além da exploração da mão de obra das mulheres e das crianças, que trabalhavam em situação ainda mais precária. A greve como instrumento de pressão se justifica já que a energia do trabalho é recurso que o trabalhador tem para negociar com o patrão. Paralisando suas atividades, os trabalhadores garantiam negociações com os patrões. As relações de trabalho mudaram no decorrer da história, mas a greve continua sendo a principal forma de pressão da classe trabalhadora sempre que tem seus direitos desrespeitados ou ameaçados por patrões e governos.

Nos últimos anos, surgiram no Brasil, manifestações realizadas aos domingos. Nessas manifestações, as pessoas foram às ruas, inicialmente, pedir o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e defender a operação Lava Jato e, mais recentemente, prestar apoio ao governo do presidente Jair Bolsonaro. Diante disso, e muito pela polarização política que o país vive, que ganha ainda mais força pelo alcance das redes sociais, passou-se a comparar essa forma de manifestação à greve de trabalhadores. Nessas comparações, costuma-se

fazer afirmações que relacionam a greve à “vagabundagem”, já que ocorre em dias úteis, e as manifestações dominicais a “pessoas que trabalham e por isso vão às ruas no domingo”. Ora, é preciso sabermos diferenciar a natureza desses dois tipos de manifestação.

Quem faz greve é a classe trabalhadora que, para buscar negociar com os detentores do poder e do capital, tem somente a sua força de trabalho. Sendo assim, não teria sentido uma manifestação dominical já que, neste dia, essa força é menos necessária e sua ausência seria menos sentida. A greve serve justamente para chamar atenção para

a importância do trabalhador seja na produção, no comércio ou na prestação de serviços. As manifestações dominicais não são oriundas dessa mesma classe. Foram chamadas por outros grupos sem o objetivo de defender direitos dos trabalhadores. Portanto, são

movimentos que em nada se aproximam das greves de trabalhadores chamadas normalmente por sindicatos e centrais sindicais.

Em tempos sombrios, nos quais os direitos conquistados à custa de muita luta estão ameaçados, é necessário estarmos unidos enquanto classe trabalhadora. Os sindicatos continuam sendo nossa forma de participação e organização e a greve continua sendo um importante instrumento de luta e resistência. Que saibamos valorizar cada um e cada uma que lutou antes de nós para que tivéssemos hoje direitos a defender. Que tenhamos a força e a garra de permanecer na luta para que as gerações futuras continuem usufruindo desses direitos.

“A greve continua sendo a principal forma de pressão da classe trabalhadora sempre que tem seus direitos desrespeitados ou ameaçados por patrões e governos.”

CHARGE DO ELIAS



CRÔNICA EM REDE



BOIS E BOIADAS

Troque um grevista problemático por um pai de família desempregado. Foi o que li na timeline de um trabalhador no Facebook. São tempos nos quais as (des) informações e a raiva circulam de maneira rápida e compulsiva pela rede. Os memes, as frases prontas, as manchetes descontextualizadas e as notícias com procedência duvidosa criam especialistas, comentaristas, formadores de opinião sobre assuntos diversos, ativistas de redes sociais e inimigos virtuais.

Já não é tão fácil definir com convicção o que é fato e o que é fake. E, nesse emaranhado de publicações, com a possibilidade do comentário a um click multiplicam-se as desavenças, as exclusões, os bloqueios. E somos reduzidos a lado A e lado B. Ou se veste amarelo ou se veste vermelho. Ou se é patriota ou se é comunista. Ou se é bolsonarista, ou se é lulista. E, nessa relação binária, o grevista é colocado em oposição ao pai de família desempregado. Como se não fossem, os dois, faces da mesma classe trabalhadora. Como se a luta do grevista não incluísse os direitos do pai de família desempregado. Como se o pai de família desempregado não tivesse usufruído em algum momento dos direitos conquistados por grevistas de outros tempos. Como se o grevista não pudesse se transformar no pai de família desempregado. Como se o grevista não fosse um trabalhador.

Acabamos por acreditar que para haver emprego, precisamos abrir mão dos direitos. Afinal já disseram em bom tom “mais direitos, menos empregos”. E ouvimos, e lemos, e compartilhamos, e comentamos, e xingamos, e nos dividimos. Lembro então de uma charge, que também circulou na rede. Nela, dois bois reclamavam da paralisação que os atrasava para a chegada ao abatedouro. Tanto o boi manso quanto o boi bravo têm como destino o abatedouro (na época da tração animal, o manso poderia ter como destino a canga, mas houve a mecanização da agricultura). Manso ou bravo não lhe tira a condição de boi. A menos que se dê o estouro da boiada.

Celma Pietczak

Professora das redes municipal e estadual e componente da coordenação do Sinprosm

Envie seu texto com até 2.000 caracteres (com espaços) para sinprosm@gmail.com e participe

FORMAÇÃO

VII SEMINÁRIO EDUCAÇÃO EM FOCO TEM INSCRIÇÕES ABERTAS

Evento do Sinprosm acontecerá no Clube Dores de 6 a 9 de agosto com o tema “Por que precisamos educar a humanidade?”

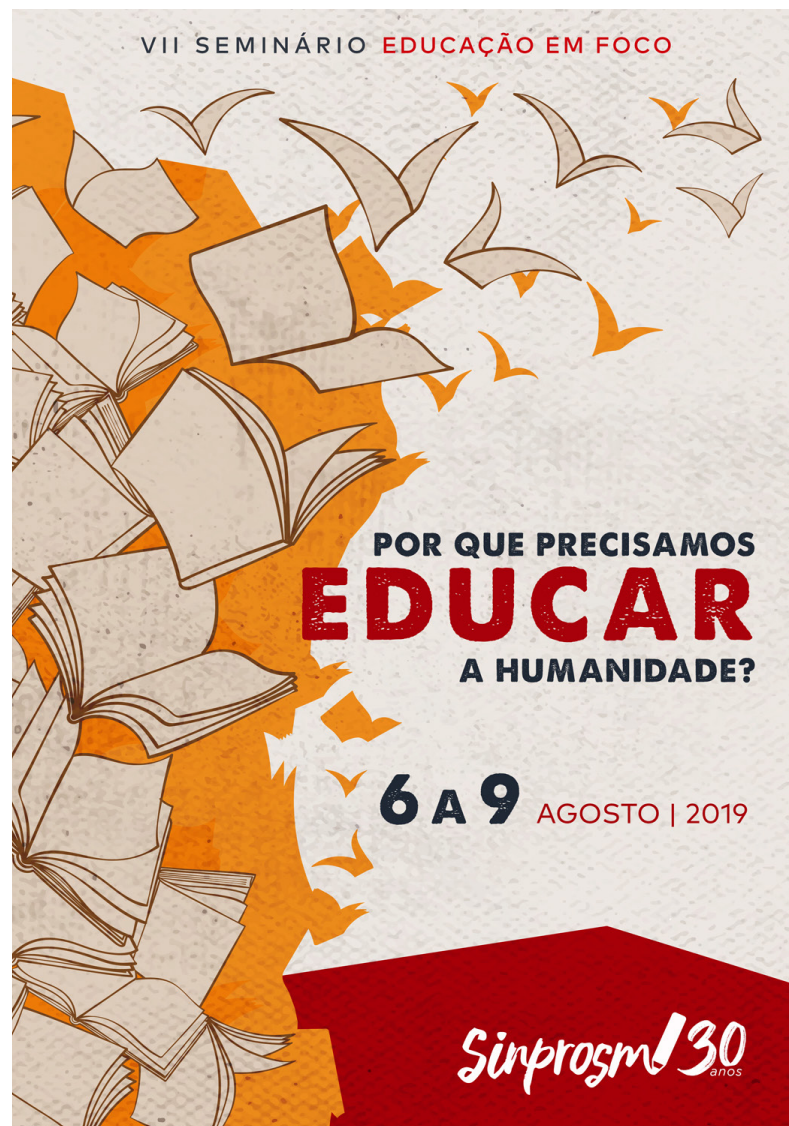
Professores das redes municipal, estadual, federal e particular, estudantes e demais interessados já podem fazer a sua inscrição para a sétima edição do Seminário Educação em Foco. Todas as informações estão disponíveis na página www.sinprosm.com.br/7seminario. Não há custo para sindicalizados do Sinprosm. Para os demais interessados a taxa será de 100 reais.

O tema desta edição traz o questionamento sobre a importância da educação enquanto fator decisivo no processo de civilização da humanidade. A programação enfoca os vários vieses possíveis da atuação da escola e, principalmente, do professor no atual contexto de radicalismos, recrudescimento do preconceito e a desumanização das relações. A conferência de abertura, com a Profª Drª Carmem Maria Craidy, tem esse foco: “A educação no Brasil hoje no contexto da crise humanitária mundial”. Ela é pedagoga professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de Paris e doutorado em Educação pela UFRGS.

Da mesma forma, a seleção dos trabalhos para serem apresentados nas rodas de conversa tem também este norte. Este será um espaço de trocas de experiências entre os professores inscritos, com oito a 10 relatos de práticas em cada uma das oito rodas temáticas, divididas nos seguintes eixos:

1. Infâncias e suas linguagens
2. Educação do Campo: vivências e saberes
3. Tecnologias e educação
4. Educação Ambiental
5. Caminhos em Educação Especial
6. Leitura e encantamento na escola
7. Práticas de Gestão
8. Educação física escolar: vivências e possibilidades

A inscrição vai até 31 de julho, também através do site. Cada pessoa pode se inscrever para apresentar até dois trabalhos, seja individual ou grupo, sendo um em cada modalidade. Os trabalhos selecionados serão publicados em um e-book após a realização do seminário. Outras informações no site do seminário.



PROGRAMAÇÃO

06/08/2010 – TERÇA-FEIRA

17h30 – Credenciamento

18h – Cerimônia de Abertura

18h30 – Tema: A educação no Brasil hoje no contexto da crise humanitária mundial, com a Drª Carmem Maria Craidy (UFRGS)

07/08/2019 – QUARTA-FEIRA

8h30 – Tema: Desafios para a educação das infâncias – pautas necessárias no atual contexto educacional brasileiro, com a Drª Sandra Regina Simonis Richter (UNISC) e Drª Cleonice Maria Tomazzetti (UFSCAR)

13h30 – Atividade Artístico-Cultural

14h – Mesa temática – Documentação Pedagógica como instrumento de prática e avaliação, com a Profª Giovana Alonso (UFSCAR) e Profª Niqueli Streck Machado (UFRGS)

18h – Atividade artístico-cultural

18h30 – Mesa Temática: Educação de Jovens e adultos no atual contexto educacional, com Profª Ana Paula Zimerman (Prefeitura Municipal de Santa Maria) e Profª Lenir Keller (Prefeitura Municipal de Santa Maria)

08/08/2019 – QUINTA-FEIRA

As atividades desta manhã serão concomitantes. Inscreva-se na atividade que for de seu interesse, lembrando que nas rodas de conversa o número de participantes é limitado.

8h – Roda de conversas com troca de experiências – locais a serem definidos

8h30 – Tema: Políticas Públicas em Educação Especial: Tempos e espaços, com a Ma. Carolina Noya. Local: Salão Nobre Clube Recreativo Dores

13h – Atividade Artístico Cultural

13h30 – Tema: A Construção de uma Base

Curricular: disputas e projetos para a Educação Básica Brasileira, com a Dra. Nara Vieira Ramos (UFSM) e Me. Rafael de Brito Vianna (UNISC)

18h – Momento Holístico

18h30 – Tema: Educar(-se) com um Olhar Sensível à Complexidade e Boniteza do Humano, com o Dr. Celso Ilgo Henz – UFSM

09/08/2019 – SEXTA-FEIRA

8h – Educação pública e Sindicato – dois atos das políticas neoliberais: a formação como caminho da resistência, com as Profª Cleunice Fialho (CPERS) e Profª Maria Isabel Almeida (USP)

13h30 – Previdência Pública: os impactos da mudança, com o Sr. Eglon do Canto (IPASSP)

18h30 – Momento Cultural: CIA Sorriso com Arte. Local: Theatro Treze de Maio

CAMPANHA SALARIAL

POZZOBOM FECHA-SE AO DIÁLOGO

Duas mobilizações da categoria buscam sem sucesso ouvir justificativas do prefeito sobre a inédita reposição parcelada da inflação

Fica cada vez mais clara a falta de disposição do prefeito Jorge Pozzobom (PSDB) em discutir de forma franca os professores municipais. Por duas vezes o chefe do Executivo ignorou o chamado da categoria, durante mobilizações, para justificar ao conjunto do funcionalismo a revisão salarial parcelada.

A primeira mobilização aconteceu em 15 de maio, durante a Greve Nacional da Educação. No dia 14 de junho, durante a Greve Geral dos Trabalhadores, o ato em frente à prefeitura reuniu cerca de 500 docentes e servidores municipais de outras áreas para reivindicarem essa e outras pautas à administração, como o cumprimento da Lei do Piso Nacional, a falta de professores e a indefinição sobre o plano de saúde. Por ampla maioria, os professores optaram por não formar uma comissão para reunir-se a portas fechadas e mantiveram a solicitação de que o prefeito dialogasse com a totalidade dos docentes, como feito por ele próprio recentemente com outras categorias. “A maioria dos colegas que veio para a rua, paralisou atividades e entende a necessidade desta luta, quer que o prefeito desça e valorize a categoria”, disse a coordenadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak.

A continuidade da campanha salarial será avaliada posteriormente em nova assembleia.

MEDO?

Além de negar-se a atender a solicitação dos professores, Pozzobom restringiu nas duas mobilizações o acesso ao hall do centro administrativo. Com segurança da Guarda Municipal reforçada, a comunicação aconteceu por frestas nas portas ou através de membros do governo e vereadores que tiveram acesso ao prédio.

“Estamos diante de um governo que se esconde atrás de um discurso de diálogo que, na prática, não existe. O flagrante desrespeito às nossas reivindicações e a incapacidade de justificar seus atos não traz outra conclusão. Os professores não vão desistir”, afirma a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.



Em duas oportunidades, professores mobilizaram-se em frente à prefeitura à espera do prefeito Pozzobom

GREVE GERAL

Após sua atividade com pautas locais, os professores deslocaram-se em unidade até a Praça Saldanha Marinho para somar forças às demais categorias que em Santa Maria aderiram à Greve Geral dos Trabalhadores convo-

cada pelas centrais sindicais nacionalmente. Sindicatos, associações de classe, grupos organizados e estudantes são contra a reforma da previdência proposta pelo presidente Jair Bolsonaro e os cortes orçamentários na educação. A coordenadora Celma Pietczak, falando em nome do Sinprosm, manifestou a posição da

categoria contrária à reforma, mesmo que os professores venham a ser retirados da proposta. “Não é justo que um grupo de trabalhadores seja beneficiado enquanto outros sejam penalizados. Não somos melhores do que ninguém. Os professores estarão juntos na luta contra este projeto até o fim”, confirmou.

CAMPANHA SALARIAL

2% RETROATIVO A MARÇO, 1,75% A PARTIR DE JUNHO

Revisão parcelada de Pozzobom deixa vácuo de três meses sem integralidade da recomposição inflacionária do período

A proposta de revisão salarial anual proposta pelo Governo Jorge Pozzobom (que foi posteriormente aprovada pela Câmara de Vereadores) trouxe uma fórmula inédita aos servidores municipais. O índice total equivale à inflação de 2018, porém acrescido em duas etapas aos proventos: parte retroativo a março e o restante na folha de junho. Isso significa que parte da inflação do período será perdida, já que 1,75% do total de 3,75% concedido não será pago na data-base.

Inovador foi também o método. Pozzobom e os membros do governo em nenhum momento vieram a público para explicar os motivos e apresentar números que demonstrem a necessidade deste formato. As informações só surgiram quando o projeto estava sendo protocolado no Legislativo, sem qualquer diálogo com as categorias.

As discrepâncias quanto aos valores praticados ficam evidentes quando comparados os números. A primeira tabela (em azul) re-

presenta os salários das classes e níveis até março de 2019, quando o básico estava em R\$ 1.093,66. A tabela seguinte (em laranja) traz os valores que passam a ser pagos em junho, com a reposição inflacionária integral e salário básico de R\$ 1.134,68. A última tabela (em verde) indica os valores caso fosse cumprida a Lei do Piso Salarial, conforme reivindicado pela categoria. A diferença é de R\$ 144 reais no nível 1, classe A, que ficaria em R\$ 1.278,82.

TABELA SALARIAL VIGENTE ATÉ MARÇO DE 2019								
CLASSE								
NÍVEL		A	B	C	D	E	F	G
	Variação	1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.093,66	1.203,04	1.323,34	1.455,67	1.601,13	1.761,89	1.937,98
NÍVEL 2	1,4000	1.531,14	1.684,25	1.852,67	2.037,94	2.241,58	2.466,66	2.713,17
NÍVEL 3	1,6800	1.837,36	2.021,10	2.223,21	2.445,53	2.689,90	2.959,99	3.255,82
NIVEL 4	2,0160	2.204,84	2.425,32	2.667,85	2.934,64	3.227,88	3.551,99	3.906,96

TABELA SALARIAL COM REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (3,75%)								
CLASSE								
NÍVEL		A	B	C	D	E	F	G
	Variação	1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.134,68	1.248,15	1.372,96	1.510,25	1.661,17	1.827,96	2.010,66
NÍVEL 2	1,4000	1.588,55	1.747,40	1.922,15	2.114,36	2.325,64	2.559,16	2.814,92
NÍVEL 3	1,6800	1.906,27	2.096,89	2.306,58	2.537,24	2.790,77	3.070,99	3.377,91
NIVEL 4	2,0160	2.287,52	2.516,27	2.767,89	3.044,69	3.348,93	3.685,19	4.053,47

TABELA SALARIAL COM EQUIPARAÇÃO COM O PISO NACIONAL								
CLASSE								
NÍVEL		A	B	C	D	E	F	G
	Variação	1,000	1,100	1,210	1,331	1,464	1,611	1,772
NÍVEL 1	1,0000	1.278,82	1.406,71	1.547,38	1.702,11	1.872,20	2.060,18	2.266,08
NÍVEL 2	1,4000	1.790,36	1.969,39	2.166,33	2.382,97	2.621,08	2.884,27	3.172,51
NÍVEL 3	1,6800	2.148,43	2.363,27	2.599,60	2.859,56	3.145,30	3.461,12	3.807,02
NIVEL 4	2,0160	2.578,12	2.835,93	3.119,52	3.431,47	3.774,36	4.153,34	4.568,41

ARTIGO

ESCOLA DO E NO CAMPO: A PRÁTICA QUE PERPASSA PELO FAZER PEDAGÓGICO

O fazer pedagógico de uma Escola do Campo é singular. Respeita as características do povo pertencente ao local, cuida para os que chegam se apropriarem da realidade, acolhendo a todos com seriedade e capacidade de buscar na vida do campo subsídios que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

Segundo Molina e Sá, “Outro aspecto central a ser transformado na escola do campo é o fato de seus processos de ensino e aprendizagem não se desenvolverem apartados da realidade de seus educandos. O principal fundamento do trabalho pedagógico deve ser a materialidade da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico...” (2012, p.329)

A identidade das escolas do campo é percebida por meio dos vínculos estabelecidos entre a realidade ancorada nos saberes dos alunos e os saberes acadêmicos desenvolvidos pelos professores, pois a escola é um lugar de convívio que abriga diversas realidades sociais e culturais onde acontecem trocas de experiências significativas, necessárias à transformação social, permitindo ao sujeito envolver-se em todo os sentidos.

Paulo Freire com sua sabedoria e sensibilidade afirma em seu livro *Pedagogia da Autonomia*: “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, “Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”, entre outras afirmações que são vivenciadas como alicerce em uma escola que pensa nos saberes dos educandos como agentes transformadores no processo de ensino e aprendizagem.

Respeito aos saberes e a autonomia do ser, dois fatores que vinculados ao processo pedagógico geram vida ao ato educativo. Fomentam a percepção e resgatam os valores da vida do campo, reconhecendo que a essência do aluno e sua identidade cultural favorecem os saberes vivenciados na escola.

A contextualização é um desafio a ser superado no planejamento das aulas, pois assim a ideia fixa e pouco instigante do conteúdo isolado é rompida e a articulação dos saberes favorecem a sistematização das habilidades e competências apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular Gaúcho.

O Referencial Curricular Gaúcho apresenta que “a educação do campo/rural contempla alguns princípios fundamentais, entre eles o respeito à diversidade do campo...os recursos didáticos pedagógicos que deverão atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos da população do campo considerando os saberes próprios da comunidade em diálogo com os saberes acadêmicos”. (2018, p. 39/40).

A BNCC apresenta o olhar para os estudantes focado nas habilidades e competências, com isso os saberes e vivências culturais são fatores



a serem considerados na formação oferecida pelas instituições de ensino. “Portanto a escola do meio rural deve focar seu trabalho pedagógico em competências e habilidades que sejam capazes de preparar o jovem para lidar com situações de seu cotidiano e ser capaz de resolver problemas reais, colocando o estudante como protagonista, ou seja, agente ativo em seu processo de ensino e aprendizagem”. (2018, p 40).

A sensação de pertencimento ao espaço e a compreensão ampla da realidade escolar, conduz a um fazer pedagógico que ultrapasse os muros escolares, que a sala de aula seja todo e qualquer espaço onde exista “vida curiosa”. Espaços que estimulem vivências interdisciplinares, investigativas, capazes de transformar conhecimentos acadêmicos em saberes consolidados e com significado.

Para Paulo Freire “o respeito à autonomia e à identidade do educando exige uma prática coerente com o saber (1996, p.67)”. Saber esse presenciado na localidade, sendo assim, a Educação do Campo precisa ser vista, percebida e vivida no âmago do ambiente escolar.

O ato educativo se constitui além das atividades formais de ensino e aprendizagem, transcende e se coloca a serviço do aluno, dialoga com os sujeitos e interage favorecendo as trocas.

Para colocar a escola em movimento, viabilizando um trabalho mobilizador é preciso, segundo Caldart “ter clara a direção ou os caminhos de transformação pretendida, implica em ter firmeza de concepção (de projeto, de educação, do trabalho a ser feito) e é essa relação que precisa ser bem compreendida como diretriz metodológica que permite caminhar”. (2015, p.118).

Trilhar o caminho da contextualização, dos projetos pedagógicos, da interdisciplinaridade entre outras possibilidades de fazer pedagógico que estimulem a vontade de aprender, a curiosidade e o sentimento de pertencimento dos alunos é caminhar de mãos dadas com o sucesso escolar, diminuindo a evasão e também, trazendo de volta às escolas o “barulho pedagógico”, o

amor, o reconhecimento e, principalmente, a realização de projetos de vida.

Laura Leite Moreira

Professora da Rede Municipal de Ensino, com Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo (UNIPAMPA)

Mestre em Ensino de Matemática Especialista em Gestão Escolar: Supervisão – Orientação e em Matemática e suas Tecnologias.

Graduada em Matemática Licenciatura

REFERÊNCIA

CALDART, Roseli Salete. *Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas de campo/ Roseli Salete Caldart, Miguel Enrique Stedile e Diana Daros (orgs.)- 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa- 16ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.*

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Lais Mourão. *Dicionário da Educação do Campo./organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto -2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012*

Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado de Educação. Departamento Pedagógico, União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação. *Referencial Curricular Gaúcho: Ciências da Natureza. Porto Alegre. Secretaria de Estado de Educação, Departamento Pedagógico, 2018. V1* <http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1530.pdf> acessado em 05/06/2019

Memória Sinprosm

MARTHA NAJAR, A SINDICALISTA

Desde o seu início, na zona rural, a carreira da pedagoga do Itararé está intrinsecamente ligada à atividade sindical. Experiências diversas na rede permeiam sua luta



Minha família é do Itararé, em Santa Maria. Fui alfabetizada na Escola Santa Rita, depois no Xavier da Rocha. Quando tinha nove anos fomos morar em Porto Alegre e estudei na Escola Estadual Costa e Silva e na Escola Adventista. Então voltamos para Santa Maria e comecei o médio regular, mas não estava me encontrando, então fiz a opção tardia pelo magistério: fiz dois anos no Santana e terminei no Olavo Bilac. Cursei dois anos de Pedagogia na FIC, casei e fui morar novamente em Porto Alegre, onde continuei a Pedagogia na Fapa. Antes havia prestado concurso para a prefeitura e fui aprovada, mas só fui nomeada alguns anos depois.

DA CAPITAL PARA O CAMPO

Saí em 1992 de um lugar central em Porto Alegre, onde tinha tudo por perto, e assumi a Escola José Antônio Azambuja, em um lugar que não tinha absolutamente nada, no interior do que é hoje o município de Dilermando de Aguiar. Trabalhava em turma multisseriada de 1ª e 2ª série, ia na segunda-feira e ficava até sexta. Foi uma aprendizagem muito grande para mim, por que não conhecia nada da zona rural. Eu ensinei aqueles crianças a ler e escrever, mas eu aprendi muito mais com eles. A relação que a gente tem com a água, a facilidade de abrir a torneira, é muito diferente da que eles têm. O respeito que eles têm com o professor também me marcou.

SINDICALISMO NO ALMOÇO

No final do ano, passei no vestibular para a UFSM, mas não consegui cursar por estar no Rincão dos Pinheiros. Depois de um ano e meio, consegui vaga no Almiro Beltrame e voltei a estudar,

em 1994. O regime das escolas-núcleo nos obriga a tomar conta dos alunos no horário do almoço, nas refeições, no pátio, não deixar os alunos soltos. Esses momentos são pedagógicos e nos questionávamos que também estávamos trabalhando, então queríamos receber por isso. Começamos a mobilizar as escolas que trabalhavam nessa modalidade e, junto com o Sinprosm, fomos pleitear à SMEd o recebimento por 25 horas. Foi assim que entrei no sindicato. Me filiei, comecei a participar das atividades. Na eleição seguinte, em 1996, fui convidada pela Circe Rocha a participar da coordenação. Três anos depois, em 1999, vim cedida, enquanto trabalhava no Edy Maya Bertóia, que foi quando consegui terminar a faculdade. O governo do Osvaldo encerrou com três folhas de pagamento atrasadas e tivemos uma greve bem grande, professores sem salários com uma situação bem complicada. Foi uma época em que tivemos forte adesão da categoria, com assembleias bem representativas. Talvez quando tenha me despertado de fato o sentimento de categoria. Anos depois encontrávamos colegas na rua que contavam ainda estar pagando empréstimos daquele tempo.

GOVERNISTA

Quando saí do sindicato, fui para o EMAI e na mesma semana assumi também no Estado. O Armênio Schmidt me convidou para um projeto de aceleração de aprendizagem em que a ideia era minimizar um problema sério de defasagem idade/série. Trabalhamos com afinco, dentro das dificuldades que tínhamos. Precisávamos visitar as escolas e muitas vezes não tínhamos nem como colocar combustível na Kombi. Cristina Rigão, Cláudia Dutra e eu íamos de ônibus. Tive uma experiência

importante na SMEd, primeiro por trabalhar em um governo que eu acreditava e depois por me fazer entender o quanto a burocracia, a dificuldade financeira emperram as coisas. Seria importante as pessoas terem essa experiência.

DE VOLTA

Depois da SMEd fiquei um ano no Adelmo Simas Genro e dois anos permutada para o Estado, trabalhando na Escola Walter Jobim. Em 2007 fui chamada no outro concurso no município e me exonerei do Estado. Em 2009 retornei ao sindicato, já com a pauta da Lei do Piso. Mesmo ainda sem o resultado da Adin contra a lei, decidimos nos mobilizar para lutar. O Schirmer nos dizia que só faria alguma coisa quando saísse o resultado da Adin e que nós íamos perder. Em 2011 ele nos chamou e disse: parabéns, vocês venceram, o piso é na classe A, nível 1. Foi uma vitória muito grande. Em 2011, 2012 e 2013 tivemos o básico equiparado ao piso e houve uma melhora considerável no nosso salário, com uma recuperação das perdas históricas perto de 40%. Em 2014 perdemos as eleições no sindicato por 17 votos e também foi o último ano em que o Schirmer pagou o piso.

E AGORA?

Voltei para a escola, no Renato Zimmerman, Hylde Vasconcelos, depois no São João Batista. Comecei o mestrado, que está em andamento, e vencemos a eleição no sindicato em 2017. Nossa pauta continua sendo o piso e também resgatar a participação da categoria. Nos elegemos com um percentual com mais de 70% dos votos, o que significa que os professores demonstraram uma confiança muito grande na nossa chapa. Deram para nós essa responsabilidade mas a categoria precisa estar junto aqui dentro. Sindicato não é só as pessoas que estão cedidas. Desde o início tivemos que construir as coisas, talvez hoje muitos não participem por que as coisas já estão prontas. Temos um bom plano de carreira; as 25 horas das escolas-núcleo estão no plano de carreira. Na zona rural, não tínhamos condições de trabalho, nós que fomos buscar e ainda falta muita coisa. Talvez as pessoas pensem que as coisas que já têm elas não vão perder, o que é um erro. O que está acontecendo agora está fazendo as pessoas sentirem, estamos percebendo nas últimas mobilizações. Precisamos lutar contra a reforma da previdência, defender o plano de carreira, a Lei do Piso. Se o professor não se sentir um trabalhador, e não fizermos isso com uma perspectiva de coletividade, nós vamos perder direitos.



Martha (em primeiro plano) em uma das mobilizações de 1999 contra o atraso dos salários

MITOS E VERDADES SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS



Em fevereiro desse ano o novo governo federal apresentou sua proposta de Reforma da Previdência Social, sob o argumento de que seria fundamental a construção de um novo sistema de seguridade que fosse justo, sustentável e que incluísse todos os brasileiros.

Contudo, será realmente esse o objetivo da PEC 06/2019? A aprovação de suas propostas trará aos trabalhadores brasileiros justiça e igualdade ou significará apenas um conjunto enorme de prejuízos sociais e econômicos para estes, com ainda mais lucros para o Mercado?

Com o objetivo de colaborar na discussão desse tema, o escritório Wagner Advogados Associados elaborou a Cartilha “O Que Você Precisa Saber Sobre a Reforma da Previdência – Mitos e Verdades”, que elucida cinco mitos e traz 11 verdades sobre a PEC 6/2019.

A Cartilha foi desenvolvida de maneira simples e direta, a fim de dar uma visão geral sobre os prejuízos trazidos pela Reforma Previdenciária proposta pelo governo Bolsonaro e atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

No texto, a análise feita não entrou em

detalhes quanto às regras por considerá-las muitas e complexas, o que tornaria o material inacessível nesse momento. A intenção da Cartilha é promover uma conscientização mais ampla dos ataques contidos na Reforma.

Abaixo os principais tópicos abordados na Cartilha:

- Mitos explicados
- A Reforma só atingirá os privilegiados?
- A Reforma só atingirá servidores públicos e políticos?
- Sem essa Reforma a Previdência vai quebrar?
- Todas as medidas da Reforma são necessárias?
- A Capitalização funciona bem nos outros países em que implantada?
- Verdades reveladas
- Vai haver aumento da idade mínima!
- Os benefícios serão menores!
- Não haverá garantia de que os benefícios serão reajustados de modo a preservar seu valor real!
- Será necessário trabalhar mais para se aposentar com o mesmo benefício!
- Haverá aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria por idade!

de!

- As pensões poderão ser inferiores ao salário mínimo!
- Os benefícios pagos a idosos carentes serão reduzidos!
- Trabalhadores rurais em regime de economia familiar terão maior dificuldade para se aposentar!
- Servidores públicos poderão ter que pagar dois tipos de contribuição previdenciária!
- A desconstitucionalização trará menos garantias!
- A Previdência Social será privatizada!

Considerando que a PEC 06/2019 deverá ainda sofrer alterações futuras em votações no Congresso, “O que você precisa saber sobre a Reforma da Previdência - Mitos e Verdades –” terá edição apenas em arquivo disponibilizado por meio digital, sendo que esse será atualizado conforme votações mudarem o teor da PEC.

O material pode ser acessado, com a opção de download do arquivo em PDF no endereço: https://wagner.adv.br/wp-content/uploads/2019/05/WAA_Mitos_Verdades_PEC6.pdf

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa
Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana
Peruzzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares